

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano 4



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e
a Competência no Desenvolvimento Humano
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-516-7 DOI 10.22533/at.ed.167190607 1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA SUA ADOÇÃO EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS	
Alexandre César Batista da Silva Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Luiz Carlos Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.1671906071	
CAPÍTULO 2	19
PERFIL DAS EXPORTAÇÕES PARANENSES DO COMPLEXO DE SOJA	
Jefferson Steve Canteno Torres	
DOI 10.22533/at.ed.1671906072	
CAPÍTULO 3	29
UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA <i>REQUEST FOR PROPOSAL</i> (RFP) NAS VENDAS DE UM HOTEL DE NEGÓCIOS	
Francivaldo dos Santos Albuquerque Maria do Socorro Coelho Bezerra Alexandre César Batista da Silva Giulia Cipolla Braulio Jeronymo José Libonati	
DOI 10.22533/at.ed.1671906073	
CAPÍTULO 4	44
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO COM SUPORTE DE UM <i>SOFTWARE</i> DE GESTÃO EM UMA EMPRESA DO AGRONEGÓCIO	
Sirnei César Kach Juliano Hammes Daiane Hammes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906074	
CAPÍTULO 5	57
A BARGANHA ENQUANTO DISCURSO: UM ESTUDO DO POSICIONAMENTO DOS BANQUEIROS SOBRE POLÍTICA MONETÁRIA.	
Rodolfo Palazzo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1671906075	
CAPÍTULO 6	73
A LEI 13.467/17, SUA (IN)ADEQUAÇÃO ÀS CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONSEQUENTE PREJUÍZO À AÇÃO SINDICAL	
Rodrigo Rocha Gomes de Loiola Francisco José Rocha Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1671906076	

CAPÍTULO 7	80
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO, MINERAÇÃO E VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA, NO NEOLIBERALISMO	
Mercedes Castillo de Herrera Nubia Yaneth Ruiz	
DOI 10.22533/at.ed.1671906077	
CAPÍTULO 8	93
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL (APL) DO TURISMO: POTENCIALIDADES E LIMITES NA COSTA DO DESCOBRIMENTO	
Maiara Conceição Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1671906078	
CAPÍTULO 9	105
APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC	
Luiz Victor Pittella Siqueira Maristela Parise de Lima Julie Rossato Fagundes	
DOI 10.22533/at.ed.1671906079	
CAPÍTULO 10	124
INSERÇÃO DE EGRESSOS DA PRISÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Roseni Inês Marconato Pinto Lenir Aparecida Mainardes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16719060710	
CAPÍTULO 11	136
EMPREENDEDORISMO FAMILIAR: COMO ESSE MODELO DE GESTÃO PODE AFETAR A EMPRESA	
Suzana Siebra Alves Campos Piedley Macedo Saraiva Evelinny Soares Batista	
DOI 10.22533/at.ed.16719060711	
CAPÍTULO 12	149
EMPREENDEDORISMO FEMININO: PERFIL DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE MANHUAÇU-MG	
Lílian Beatriz Ferreira Longo Henrique da Silva Pinel Reginaldo Adriano de Souza Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura José Carlos de Souza Anandy Kassis de Faria Alvim Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060712	
CAPÍTULO 13	166
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: UM ESTUDO SOBRE FIDELIZAÇÃO COM MARCAS DE CAFÉ NA CIDADE DE MILAGRES-CE	
Rangiel Santos Bento Silva Márcia Maria Leite Lima	
DOI 10.22533/at.ed.16719060713	

CAPÍTULO 14	183
GESTÃO DA DIVERSIDADE OU AÇÃO AFIRMATIVA? UM ESTUDO SOBRE O GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL EM MANHUAÇU/MG	
Luan Patrick Reis Serafim Leite Lilian Beatriz Ferreira Longo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060714	
CAPÍTULO 15	197
MOTIVAÇÃO E RECOMPENSAS: UMA INVESTIGAÇÃO COM BASE NAS TEORIAS DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES E DA EXPECTATIVA	
Larissa Carvalho Alves Adriano Victor Lopes da Silva Erika Maria Jamir de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.16719060715	
CAPÍTULO 16	209
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA COOPERATIVA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO DE FRONTEIRA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS: O CASO DA COTRIROSA	
Pedro Luís Büttenbender Jaqueline Ledir De Conti Ariosto Sparemberger Giovana Fernandes Writzl Luciano Zamberlan	
DOI 10.22533/at.ed.16719060716	
CAPÍTULO 17	224
PESQUISA DE CAMPO PARA AVALIAR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS COM A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA NORTE SUL E A PLATAFORMA MULTIMODAL EM SANTA HELENA DE GOIÁS, 2016	
Estéverson Oliveira Lima Luis Carlos Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.16719060717	
CAPÍTULO 18	231
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA	
Elzamili Lima Brito Márcio Júnior Benassuly Barros Raoni Fernandes Azerêdo	
DOI 10.22533/at.ed.16719060718	
CAPÍTULO 19	243
REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Mayure Cristina de Souza Oliveira Sabrina Pereira Uliana Pianzola Silvana Cristina dos Santos Monica de Oliveira Costa Farana de Oliveira Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.16719060719	

CAPÍTULO 20	267
A INFLUÊNCIA DO MARKETING DIGITAL NO PERFIL DE CONSUMO DA GERAÇÃO Y	
Piedley Macedo Saraiva	
Thallita Pâmela Pinho de Oliveira	
Julio Miguel Souza de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.16719060720	
CAPÍTULO 21	279
A INFLUÊNCIA DO MARKETING SENSORIAL NO PROCESSO DE DECISÃO DE COMPRA	
Gisele Sebastiana da Silva	
Reginaldo Adriano de Souza	
José Carlos de Souza	
Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura	
Anandy Kassis de Faria Alvim-Hannas	
DOI 10.22533/at.ed.16719060721	
CAPÍTULO 22	293
MARKETING DIGITAL: A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UM CANAL DE COMUNICAÇÃO NO VAREJO DE MODA DE BARBALHA-CE	
Piedley Macedo Saraiva	
Andre Luis Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.16719060722	
CAPÍTULO 23	310
O USO DA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA OS PRODUTOS TURÍSTICOS	
Milena Beatriz Silva Loubach	
Pollylian Assis Madeira	
Marcos Antônio Pereira Coelho	
Lucas Borcard Cancela	
DOI 10.22533/at.ed.16719060723	
SOBRE A ORGANIZADORA	323
ÍNDICE REMISSIVO	324

REFLEXOS DO CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO NO PATRIMÔNIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL A LUZ DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mayure Cristina de Souza Oliveira
Sabrina Pereira Uliana Pianzola
Silvana Cristina dos Santos
Monica de Oliveira Costa
Farana de Oliveira Mariano

RESUMO: A presente pesquisa teve por objetivo analisar a influência de variáveis externas e internas sobre as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Voleibol no período de 2010 a 2016. A metodologia utilizada foi do tipo descritivo, a técnica foi o estudo de caso e bibliográfica documental, instrumento de análise documental secundária em conjunto com análise de índice e de caráter quantitativa e qualitativa. Como resultados dessa pesquisa, evidenciou-se a influência direta e indireta das variáveis analisadas, sendo elas: o escândalo de corrupção na gestão financeira do voleibol, os resultados contábeis e os resultados financeiros, a captação de recursos e desempenho dos atletas, inclusive no período de 2014 a 2015, considerado o tempo de investigação e realização das correções necessárias para continuarem a perceber recursos de governos e patrocínios, tendo refletido negativamente nos resultados da entidade. O ano de 2013 conforme análise realizada configurou o ápice da gestão desportiva do voleibol, representaram os melhores indicadores, sendo maior liquidez,

menor endividamento e maior rentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Confederação Brasileira de Voleibol. Análise das Demonstrações Contábeis. Variáveis internas e externas.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é mundialmente considerado o país do futebol, devido as grandes conquistas em Copa do Mundo. Porém, nos últimos anos, esse cenário tem sofrido modificações, uma vez que outras modalidades esportivas vêm aparecendo na mídia e uma delas é a modalidade esportiva voleibol, que vêm apresentando resultados importantes, significativos e positivos, com número expressivo de vitórias; tornando o segundo esporte de preferência nacional. Atualmente, a seleção masculina de voleibol sênior encontra-se em primeiro lugar no ranking da FIVB (*Fédération Internationale de Volleyball*), mas nem sempre foi assim.

A popularidade do vôlei brasileiro iniciou-se na metade da década de 70, com afluência de organização e marketing esportivo da CBV (Confederação Brasileira de Voleibol), filiada à FIVB e ao COB (Comitê Olímpico Brasileiro); uma associação sem fins econômicos de natureza esportiva (ESTATUTO, 2015). A partir do momento em que a CBV passou a ser vista com olhar empresarial, tornou-se

referência de gestão financeira e esportiva, fora das quadras; conciliando eficiência, competitividade e rentabilidade (ALMEIDA *et. al.*, 2012).

Neste contexto, o gerenciamento de resultados financeiros do voleibol está relacionado às suas principais fontes de receitas que são advindas de patrocínios, convênios e renda de jogos (bilheteria). No que se refere a patrocínio, o Banco do Brasil possui exclusividade desde 1991, ele é responsável pelo suporte e custeio das Seleções Brasileiras de voleibol de quadra de ambos os gêneros e das diversas categorias, sejam elas, adulta, juvenil e infanto-juvenil (BB, 2016).

Entretanto, este patrocínio exclusivo do Banco do Brasil, passou por um período de suspensão. O CGU (Controladoria Geral da União), em seu relatório de auditoria especial, informou que foram detectadas incoerências no repasse do patrocínio, no período de 2010 a 2013. No relatório diz que, o dinheiro foi usado para custear empresas de seus gestores ou de pessoas próximas a eles, mostrando haver desvios na destinação dos recursos (CGU, 2014).

A ausência da receita decorrente de patrocínio com o Banco do Brasil influenciou tanto no aspecto desportivo, quanto no aspecto financeiro principalmente, por se tratar da principal fonte de receita da CBV. Contudo, a situação econômica da entidade, manteve-se em equilíbrio, devido a outros repasses federais advindos da Lei nº 11.438 de Incentivo ao Esporte aprovada em 29 de dezembro de 2006, restabelecem instrumento essencial para a evolução do esporte brasileiro nos diversos níveis.

Diante do exposto apresentado, surge o seguinte questionamento que esta pesquisa visa responder: Como as variáveis internas e externas influenciam os resultados das demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Voleibol?

O objetivo da presente pesquisa foi analisar a influência de variáveis internas e externas sobre as demonstrações contábeis e por meio dos objetivos específicos:

a) Evidenciar os acontecimentos econômicos e sociais que possam influenciar as demonstrações contábeis, tais como: credibilidade da entidade, escândalo de corrupção da gestão, a alteração do percentual dos incentivos esportivos e o desempenho dos atletas frente a esses acontecimentos;

b) Analisar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 a 2016 da Confederação Brasileira de Voleibol;

c) Verificar qualitativamente as variáveis econômicas, sociais evidenciadas e seu impacto nas demonstrações contábeis (leis de incentivo, lei Ângelo/Piva, patrocínios e convênios).

A presente pesquisa justifica-se pelo cenário econômico em que a Confederação Brasileira de Voleibol está inserida e tem por base o artigo de Fagundes *et. al.* (2008), no qual teve por objetivo geral “analisar a influência de variáveis externas sobre as demonstrações contábeis da cooperativa de crédito Sicredi Ouro Verde”. Todavia, esta pesquisa difere-se quanto ao tipo de entidade de análise, pois se trata de uma empresa desportiva, com variáveis externas peculiares, tais como: as oscilações no percentual destinado a incentivos esportivos e as modificações na lei, escândalo de

corrupção ocorrida no período a ser analisado, as fontes de receitas e o desempenho das equipes de voleibol.

De acordo com Marchi Junior (2004), a ascensão do voleibol, abriu caminhos para inserção da mídia no esporte, viabilizando interesses de patrocinadores mediante cessões e coberturas televisivas, garantindo recursos financeiros fundamentais para o aperfeiçoamento de suas equipes, tornando-a uma referência no esporte e exemplo de gestão no âmbito nacional. Mas, como toda entidade tiveram momentos de conflitos de interesses que fizeram a CBV, mudar as ações de integridade e políticas (CBV, 2016).

Deste modo, para que a Confederação Brasileira de Voleibol possa continuar a se desenvolver, mantendo em constante crescimento, se faz necessária uma análise dos demonstrativos contábeis, dispondo de metodologia descritiva, no qual busca por meio de ferramentas gerenciais, a aplicação de índices de estrutura de capitais, rentabilidade e endividamento, com intuito auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e na potencialização de seus resultados.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

2.1.1 *Os traços histórico-sociais do Voleibol no Brasil*

A Associação Cristã de Moços (ACM) foi a responsável pela criação da modalidade voleibol nos Estados Unidos, no ano de 1895, valendo-se do seu diretor *William George Morgan*, com intuito de proporcionar aos profissionais de meia idade da ACM um esporte adinâmico e de maior comodidade. Primeiramente, o esporte foi intitulado como *minonette* (ou *mintonette*) combinação de duas modalidades mais apreciadas pelos nortes americanos - o basquete e o tênis e nome *volleyball* foi sugestão do Dr. *A. T. Halstead*, na conferência de apresentação (MEZZAROBA; PIRES, 2011).

A ideia da conferência era de difundir o esporte, mas, de acordo com Bizzochi (2004) a excitação inicial não foi o suficiente, a participação do voleibol nos anos posteriores permaneceu centralizada em grupos singulares e em ambientes reservados. Reflexos esse, definido pelo Marchi Junior (2004) conforme sua análise, o surgimento do voleibol, veio para suprir a necessidade de uma elite.

Aproximadamente vinte anos posteriores chegou ao Brasil a modalidade voleibol. A inserção desse esporte no país é incerta, alguns autores afirmam ter sido em 1915 no Colégio Marista de Recife/PE, porém outros alegam ter ocorrido no estado de São Paulo em 1916 por meio da ACM (MARCHI JUNIOR, 2004). A prática do voleibol brasileiro nos anos iniciais era primordialmente nas associações e de modo amador (BIZZOCHI, 2004).

O vôlei no Brasil, como a maioria dos esportes amadores, teve a ascensão, o declínio e a estagnação do crescimento e de popularidade. Todavia, a reversão dessa circunstância, foi possível a partir no momento que deixou as quadras e passou a ser praticado nas areias da praia, como jogos de recreação, sobretudo no Rio de Janeiro no ano de 1930. A consolidação da modalidade ocorre em 1940, com o primeiro campeonato nacional de voleibol, com participação de equipes masculinas e femininas (MEZZAROBA; PIRES, 2011; BIZZOCHI, 2004).

No propósito de fomentar a divulgação do voleibol pelo mundo e aliado a interesses particulares de suas federações nacionais, em 1947 é fundado a Federação Internacional de Voleibol (FIVB), composta pelos países: Bélgica, Brasil, Checoslováquia, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Líbano, Polônia, Portugal, Romênia, Turquia e Uruguai (ANFILO, 2003; BIZZOCHI, 2004; MEZZAROBA, PIRES, 2011).

Em decorrência dos campeonatos nacionais, surgiu a necessidade de uma organização das equipes por meio de um órgão regulador, capaz de gerir as federações existentes. Neste intuito, no Brasil é fundada em 16 de agosto de 1954 a CBV (Confederação Brasileira de Voleibol) como objetivo de propagar, fortalecer e gerenciar o esporte no país (CBV, 2017; RUIZ, ROCCO JUNIOR, 2011; ANFILO, 2003).

Contudo, tornou-se necessário uma ferramenta capaz de alcançar o espectador, dessa forma Almeida *et. al* (2012) e Pires (2003), afirmam que os meios de comunicação tornaram o instrumento essencial de marketing esportivo, um elo entre o esporte e os telespectadores e ouvintes, auxiliando na disseminação do esporte voleibol, beneficiando-se da televisão, rádio, internet e jornal, sendo considerados como as válvulas de impulsão.

A união da mídia com esporte em 1975 mediante a eleição do presidente Carlos Arthur Nuzman, com outra visão do esporte, estabeleceu uma relação recíproca de interdependência, com resultados positivos, advindo da qualidade esportiva da modalidade enquanto espetáculo, sendo reflexos do excelente desempenho em conjunto a assiduidade de treinamentos. Em contrapartida a mídia possibilitava a divulgação de marcas e empresas viabilizando aspectos de modo substancial com a inserção do marketing esportivo do voleibol (MARCHI JUNIOR, 2004; ALMEIDA *et. al*, 2012).

Nesse sentido, as empresas passam a ver com outros olhos a modalidade, enxergando os benefícios trazidos com ascensão do esporte voleibol, no qual se tornava a segunda modalidade de preferência nacional. As empresas viram uma oportunidade de propagação de suas marcas nas camisas dos atletas e até mesmo como agentes patrocinadores do esporte, haja vista, a popularidade do esporte e a transmissão dos jogos em meios televisivos, explorando o mercado consumidor (FILHO; SANTOS, 2014; ANFILO, 2003; PIRES, 2000).

Em consequência da performance das equipes esportivas, o início da década

de 80, foi marcada pela participação da seleção masculina brasileira de voleibol, nos jogos olímpicos de Los Angeles, na conquista da medalha de prata no ano de 1984, como também o vice mundial da Argentina em 1982. Porém, não foram apenas aspectos positivos, nessa década o vôlei brasileiro passou por uma crise interna, provenientes de desentendimentos, desgastes esportivos, falta de planejamento estratégico e outros fatores econômicos (ALMEIDA *et. al.*, 2012).

Entretanto, a seleção de prata do Brasil, tornou-se referência para as gerações posteriores, pois foi por meio dela que voleibol se abriu para o mundo e, principalmente, para a população brasileira (ANFILO, 2003). Nesse momento, passou a ser um esporte de abrangência nacional, com alcance de números expressivos de público e não apenas como esporte praticado por elites. E apesar da situação econômica do país, a proposta de criação da Liga Mundial de Vôlei no ano de 1990, ensejou em uma competição de alto nível, apoiado pelos os meios de comunicação e dos patrocinadores e conseqüente profissionalização da modalidade esportiva (MOREIRA, 2009).

Apoiado a participação brilhante nos campeonatos subsequentes e visando fortalecer a imagem do voleibol na mídia, a CBV junto com o Banco do Brasil, patrocinador oficial do vôlei desde 1991, lançaram projetos voltados à permanência dos atletas (MARCHI JUNIOR, 2004). Todavia, os resultados com a equipe masculina não foram satisfatórios, mas a seleção feminina em 1996 e 2010 nos jogos olímpicos de Atlanta e Sidney apresentou resultados vitoriosos, com o bronze. Evidenciando a supremacia em face de outros esportes nacionais (ALMEIDA *et. al.*, 2012; MORREIRA, 2009).

O ano de 2000 representou outro marco histórico essencial do vôlei Brasil, em que por meio da gestão de lucratividade, investimentos e visibilidade, visto como instituição administrativa recebe o selo de sistema de gestão de qualidade ISSO 9002, que até no momento nenhuma entidade esportiva havia recebido no Brasil. Assim, comprovando que o vôlei Brasil, tornou modelo para outros países, sendo então copiado por outros países, consagrando-se como seleção de ouro (AFONSO, 2004; PIZZOLATO, 2004).

2.1.2 Incentivos Esportivos

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis) é responsável pela inserção de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social. Com intuito de propagar o esporte foi sancionado a Lei de Incentivo nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, tendo por finalidade potencializar as atividades desportivas (BRASIL, 2006).

A lei de incentivo ao esporte proporciona à contribuinte pessoa física do imposto de renda a redução da base de cálculo de até 6% (seis percentuais) do imposto devido e a pessoa jurídica enquadradas no lucro real, à dedução de até

1% (um percentual), sendo aceitos apenas para contribuintes que atuam como patrocinadores, realizam doações em prol de projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2006).

O Ministério do Esporte é responsável por arrecadar e distribuir os recursos às entidades desportivas. De acordo com a Lei 10.672/03 no artigo 6º, constituem recursos do Ministério do Esporte:

I - receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II - adicional de quatro e meio por cento incidentes sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III - doações, legados e patrocínios;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V - outras fontes (BRASIL, 2003).

Outra lei de incentivo ao esporte é a de nº 10.264/01, mais conhecida como Lei Ângelo/Piva, no qual representa um marco para o esporte brasileiro, propiciando melhores condições na captação de recursos atribuídos ao progresso do esporte brasileiro (BRASIL, 2001). De acordo com o seu artigo 56º, inciso VI, “dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios”. Todavia a redação do artigo 56º, inciso VI da Lei Ângelo/Piva, sofreu alteração pela redação dada pela Lei 13.146/15 a respeito da inclusão da pessoa com deficiência, diz:

VI - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios (BRASIL, 2015).

Neste novo cenário de inclusão da pessoa com deficiência, a Lei Ângelo/Piva, proporcionou as confederações olímpicas e paraolímpicas, repasses de recursos vitalícios para investir e preparar os atletas para as mais diversas competições sejam elas nacionais ou internacionais, além do mais, possibilitando a aquisição de equipamentos e contratação de pessoal especializado (BRASIL, 2015).

Todavia, como principal fonte de receita do esporte, têm-se os patrocinadores oficiais do vôlei brasileiro, sendo eles: o Banco do Brasil, a ASICS, a GOL, Delta, Mikasa, Gatorade, Cimed Genéricos e Ministério do Esporte, estas estão diretamente relacionados à divulgação de marcas e a credibilidade que esporte oferece (CBV, 2017). Conforme dados do site do Banco do Brasil, a iniciativa do mesmo investir no esporte, “surgiu a partir da necessidade do Banco rejuvenescer a base de clientes

da empresa e aumentar o reconhecimento da marca”, reafirmando a importância do marketing financeiro na arrecadação.

Os convênios representam igualmente uma fonte de captação de recursos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, conforme dados do Tribunal de Contas da União (TCU) os convênios são instrumentos de parceria previsto na Lei nº 9790/99, que visam a “transferência de recursos para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com o objetivo de desenvolvimento e execução de atividades consideradas de interesse público” (TCU, 2013, p.19).

Os recursos provenientes dos convênios com Governo Federal e Estadual são utilizados para custear os campeonatos brasileiros de seleções estaduais, o circuito brasileiro de voleibol de quadra e de praia, a Liga Mundial, o Grand Prix, entre outros eventos, que por ventura possam vir ocorrer no ano, tendo também como aplicação em infraestrutura, entre outros projetos aprovados pelo Ministério do Esporte (CBV, 2017).

De acordo com o Portal Brasil (2017) no ano de 2016 a modalidade voleibol foi o segundo maior esporte de captação de recursos. Isso mostra que cada vez mais, a gestão desportiva de voleibol no Brasil, tem procurado manter a popularidade do esporte nas diversas regiões do país. Dentre os projetos aprovados pelo Ministério do Esporte, o de maior notoriedade é a “Viva o Vôlei”, cuja orientação é promover a iniciação do voleibol, recentemente esse projeto foi incluído como Plano de Ordem Pública (CBV, 2017).

A CBV em seu relatório de atividades de 2016 mencionou outros dois projetos, sendo eles: Eu Sou do Vôlei e Vôlei shop, que permitem um relacionamento mais próximo com os torcedores e uma loja virtual, respectivamente (CBV 2016). Deste modo, evidencia a preocupação da entidade esportiva do voleibol, em criar projetos que auxiliem a captação de recursos oferecidos pela lei federal de incentivos ao esporte e viabilizem a marca voleibol por meio das participações nos campeonatos pertinentes e consequentes resultados vitoriosos, variáveis concernentes a excelência da CBV na gestão esportiva e financeira.

2.1.3 Gestão Desportiva da Confederação Brasileira de Voleibol

A gestão desportiva da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) está para além de excelência no desempenho dos atletas nos campeonatos pertinentes, uma vez que são evidentes os resultados financeiros, proporcionados pela gestão de qualidade que vem sendo executada desde a posse de Ary Graça Filho a frente da presidência da CBV, com a visão empreendedora.

Todavia, a definição das atividades desportivas como sociedades empresárias, foi mencionado pela primeira vez na Lei de nº 8.672 de 6 de julho de 1993, porém revogada pela Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, no qual em seu artigo 1º, instituiu normas gerais sobre o desporto e deu outras providências relacionadas à

administração da atividade (BRASIL, 1998).

No intuito de trazer clareza a atividade gerencial desportiva, é incluída pela Lei nº 10.672/03, pontos fundamentais para execução da atividade, conforme parágrafo único, artigo 2º e seus incisos, que diz:

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

I - da transparência financeira e administrativa;

II - da moralidade na gestão desportiva;

III - da responsabilidade social de seus dirigentes;

IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e

V - da participação na organização desportiva do País (BRASIL, 2003).

Para adequação desse processo de transparência da administração a CBV, valeu-se da contabilidade financeira, visto que a Lei 10.672, artigo 56º inciso V, obrigou as entidades desportivas “elaborar e publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes” (BRASIL, 2003), realçando a importância da contabilidade para as atividades desportivas.

Quanto aos aspectos contábeis específicos para entidades desportivas profissionais o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitiu a Resolução CFC 1.005/2004 que aprovou a NBC T 10.13, nas disposições gerais dessa norma no item 10.13.1.1

Estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais práticas desportivas profissionais, e aplica-se também às confederações, federações, clubes, ligas, sindicatos, associações, entidades controladas, coligadas e outras que, direta ou indiretamente, estejam ligadas à exploração da atividade desportiva profissional (RESOLUÇÃO CFC, 2004).

Neste sentido, os gestores da CBV, viram a necessidade de traçar um planejamento estratégico, a fim de extraírem informações das demonstrações contábeis úteis para elaboração de suas metas, objetivo e alcance de resultados financeiros mais atrativos. De acordo com o Almeida *et. al.* (2012), foi por meio deste planejamento gerencial que a CBV recebeu o reconhecimento nacional e internacional no âmbito desportivo, visando o caráter de uniformização de processos relacionados à produção e otimização do voleibol de curto e longo prazo.

Com ferramenta de auxílio para alcance dos reais objetivos da CBV, foram utilizadas as Unidades Estratégicas de Negócios, de acordo com Aacker (1984) por meio dela é definida a estratégia dos negócios e determinado gerentes para

diferentes áreas administrativas da empresa.

A definição de UEN's surgiu da experiência do planejamento estratégico do *General Elétric* (GE). O *Philip Kotler* (1997) e GE (apud BUZZELL & GALE, 1991), definiram três pontos distintos: um negócio material de produção e comercialização relacionado entre si; tem-se um conjunto de clientes definida e evidente, localização situacional limitada e o gestor principal se responsabiliza pelo planejamento estratégico.

Sendo assim, a CBV, por intermédio deste instrumento, definiu números expressivos de UEN's que tem sido utilizada para gerir os recursos e torná-la mais transparente. De acordo com o atual presidente da CBV, “foi um trabalho duro, mas adotamos políticas e procedimentos de governança que tornaram nossa entidade mais transparente. O trabalho segue adiante, mas já avançamos com a execução de importantes medidas” (CBV, 2017).

2.1.4 Escândalo envolvendo a CBV

A CBV, nos últimos anos, vem apresentando resultados significativos e favoráveis, que tem proporcionado a ela, maiores captações de recursos. Porém no ano de 2014 a CBV, passou por situação constrangedora, ferindo o nome da entidade, por ter sido constatado pela CGU (Controladoria Geral da União), irregularidades no repasse do patrocínio do Banco do Brasil, os quais vinham ocorrendo desde 2010 até sua evidência em 2013, vale ressaltar que não é a primeira que acontece um escândalo envolvendo a CBV (CGU, 2014).

O Banco do Brasil, diante da comprovação da corrupção da CBV, suspendeu o patrocínio milionário que vinha sendo investido a mais de vinte anos na entidade, até que a mesma realiza-se as regularidades necessárias, conforme orientação da CGU solicitou a CBV correções nas demonstrações contábeis, criação de medidas de apoio à transparência das transações e de apoio a aplicação dos recursos (GCU, 2014).

De acordo com os dados extraídos do relatório da Controladoria, as empresas envolvidas no escândalo de corrupção eram principalmente pertencentes aos parentes do ex-presidente Ary Graça, ao ex-diretor Marcos Antônio Pina Barbosa e ao Fábio Azevedo, sendo detectadas outras empresas consideradas fictícias, por não ter sido encontrado a existência física das mesmas (CGU, 2014).

Todavia, a suspensão do patrocínio do BB, não prejudicou a CBV, a ponto de deixá-la desestruturada, haja vista a estabilidade financeira que a entidade desportiva vem apresentada nos últimos anos, mas tiveram reflexos negativos, tal como, a credibilidade da entidade, chegando a ser questionada a participação das equipes de voleibol nos campeonatos mundiais; tendo em vista a decepção dos atletas, que se sentiram enganados pela gestão da CBV (CBV, 2016).

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a influência de variáveis externas e internas sobre as demonstrações contábeis e por meio de seus objetivos específicos: a) Evidenciar os acontecimentos econômicos e sociais que possam influenciar as demonstrações contábeis; b) Analisar as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 a 2016 da Confederação Brasileira de Voleibol, devido ao período conflituoso de 2010 a 2013; c) Verificar qualitativamente as variáveis econômicas, sociais evidenciadas e seu impacto nas demonstrações contábeis (leis de incentivo, lei Ângelo/Piva, patrocínios e convênios),

Em relação ao tipo de pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois de acordo com GIL (1999, p.44) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento entre variáveis”, uma vez que são extraídos dos dados de demonstrações contábeis de uma confederação. Nesse sentido a presente pesquisa visou descrever como os eventos relevantes nesse período influenciaram os resultados da entidade.

A técnica utilizada foi o estudo de caso, por se tratar de uma única entidade analisada, conforme Silva e Silva (2014), “o estudo de caso favorece uma visão holística de compreensão sintética de acontecimentos” de uma única entidade. Também como a pesquisa bibliográfica e documental de dados, Bertucci (2009) afirma que essa técnica baseia-se em realização de trabalhos que visam à análise e interpretação de dados já existentes, e neste caso foram utilizadas informações contidas nas demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Voleibol.

Quanto ao instrumento de coleta de dados utilizado foi à coleta documental secundária, dado que foram retiradas as informações da *home page* da CBV e também a análise por meio de índices sobre as demonstrações contábeis da CBV. De acordo com Matarazzo (1998, p.153), “índice é a relação entre a conta e o grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

A abordagem da presente pesquisa foi de caráter qualitativo, “pois não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social de uma organização” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Ou seja, a transformação dos dados obtidos em informações úteis para tomadas de decisões da entidade analisada, buscando compreender os reflexos dos resultados.

4 | DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A amostra investigada por esta pesquisa é composta pelas demonstrações contábeis do período de 2010 a 2016 da Confederação Brasileira de Voleibol, período no qual, a entidade passou por problemas internos que vieram a público,

tal fato, refere-se ao escândalo ocorrido em 2014, que questionava os valores das demonstrações financeiras de 2010 a 2013. Por meio dos relatórios financeiros foram realizados a análises dos índices de liquidez, índices de endividamento e índices de rentabilidade; quadro comparativo das captações de recursos da entidade ao longo dos anos e as premiações dos times de voleibol, nos campeonatos pertinentes.

4.1 Análise por meio de índices

4.1.1 Indicadores de Liquidez

O índice de liquidez tem o intuito de medir a capacidade da empresa em saldar suas dívidas de curto e longo prazo, de acordo com Marion (2007) os índices de liquidez, servem para avaliar a capacidade de pagamentos e a solvência da empresa, considerando o longo prazo, curto prazo ou médio prazo, ou seja, um dado momento no tempo.

Matarazzo (1998), afirma que os índices de liquidez evidenciam a base da saúde financeira da empresa e continua, é por meio deles que se torna capaz medir a eficiência e eficácia da entidade.

De acordo com o Dicionário Financeiro (2017) “os índices de liquidez são indicadores financeiros de análise de crédito que revelam quanto à empresa possui de recursos disponíveis para quitar suas obrigações com terceiros”.

Os índices de liquidez podem ser classificados em 04 (quatro) tipos, sendo eles: liquidez geral, liquidez seca, liquidez imediata, liquidez geral. Segue a seguir o quadro 1 com as fórmulas pertinentes a cada tipo:

Tipo	Fórmula
Índice de Liquidez Corrente	$= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Índice de Liquidez Seca	$= \frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques})}{\text{Passivo Circulante}}$
Índice de Liquidez Imediata	$= \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
Índice de Liquidez Geral	$= \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})}$

QUADRO 1: Índices de Liquidez

FONTE: Finanças Corporativas e Valor - Assaf (2007, p. 123).

Durante a aplicação do índice de liquidez nas demonstrações contábeis da

CBV, houve uma limitação para a aplicação do índice de liquidez seca, pelo fato de inexistir estoque, isso porque, refere-se a uma empresa de prestação de serviço. Nesse sentido, não foi calculado em nenhum dos anos esse índice.

Assim, foram aplicados os demais índices e por meio desses, obtivemos os seguintes resultados, conforme demonstrado no gráfico 1, a seguir:

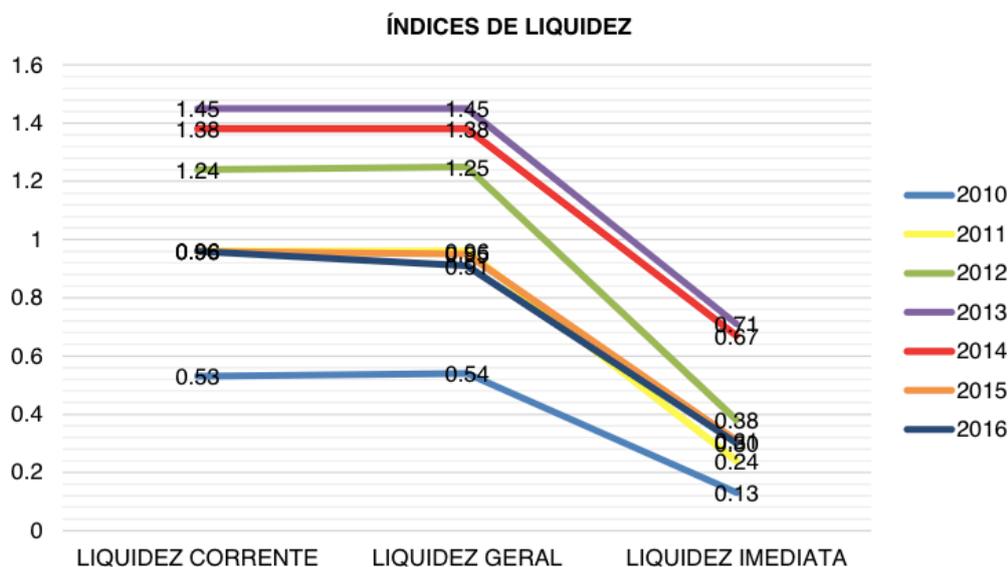


GRÁFICO 1: Índices de Liquidez.

FONTE: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado no gráfico 1, no ano de 2011 e 2013, a CBV não apresentou ativo realizável a longo prazo e nem passivo exigível a longo prazo, por isso observa-se o mesmo índice para liquidez corrente e liquidez geral. Nota-se que o ano de 2013 a CBV apresentou seus melhores resultados em todos os índices de liquidez, comparando-o aos anos anteriores, porém, mesmo assim o índice de liquidez imediata, foi inferior a 1, ou seja, a empresa apenas com suas disponibilidades, não foi capaz, em nenhum dos anos da análise, saldar suas dívidas de curto prazo.

Outro fator relevante nesta análise é a comparação dos índices, sendo do primeiro ano da análise (2010) e o último ano da análise (2013), tendo por base o ano de 2013, que foi o ano em que obteve os melhores resultados. Percebemos que, a entidade variou em relação ao índice de liquidez corrente 0,92 positivamente de 2010/2013 e 0,49 negativamente de 2013/2016, no índice de liquidez geral a variação existente foi de 0,91 positivamente 2010/2013 e 0,54 negativamente 2013/2016 e no índice de liquidez imediata variou 0,58 positivamente em 2010/2013 e 0,41 negativamente 2013/2016.

Com base nessas variações, observa-se que em todos os índices de liquidez, a empresa apresentou um declínio de 2013 para 2016, reduzindo sua capacidade de solvência tanto no curto e no longo prazo. De acordo com os resultados

apresentados, o ápice da solvência da CBV, foi no período 2012 a 2013, pois seus valores ultrapassaram o índice 1 que é o mínimo necessário para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, tendo uma folga financeira para outras aplicações dos resultados.

4.1.2 Indicadores de Endividamento

Os índices de Endividamento têm por objetivo, evidenciar o grau de comprometimento do capital próprio em relação ao capital de terceiros. Mediante a aplicação do índice, é possível saber se se utiliza mais recursos de terceiros ou próprios, lembrando que esse índice deve ser inferior a 100%, ou seja, quando menor melhor, para avaliar a saúde financeira empresa (ASSAF, 2007).

Os índices de Endividamento podem ser classificados em 04 (quatro) tipos, sendo eles: participação de capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio imobilização dos recursos não correntes. Segue o quadro 2 com as fórmulas pertinentes a cada tipo:

Tipo	Fórmula
Participação de Capitais de Terceiros (PCT) =	$\frac{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100\%$
Composição do Endividamento (CE) =	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})} \times 100\%$
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL) =	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100\%$
Imobilização dos Recursos não Correntes (IRNC) =	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo})} \times 100\%$

QUADRO 2: Índices de Endividamento

FONTE: Finanças Corporativas e Valor - Assaf (2007, p. 123).

Por meio da aplicação dos índices de endividamento, obtive-se os seguintes resultados, conforme demonstrado no gráfico 2, a seguir:

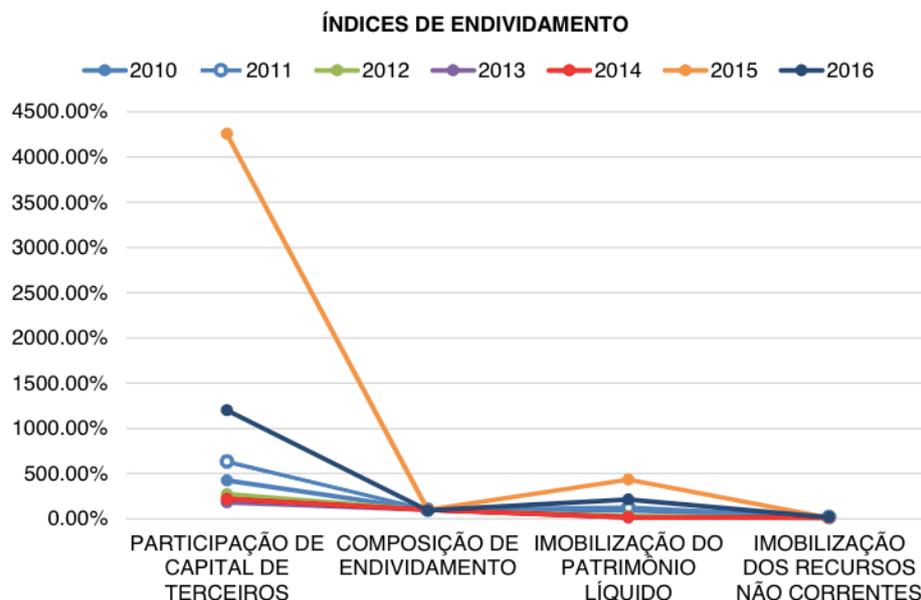


GRÁFICO 2: Índices de Endividamento.

FONTE: Dados da pesquisa.

Fundamento no gráfico 2, nota-se, que o ano de maior endividamento da CBV foi o de 2015, tendo maior representação nos índices de participação de capital de terceiros e imobilização do patrimônio líquido. E o ano de menor endividamento foi o de 2014, quando comparamos esses anos, apura-se uma variação de 19,47% para PCT, ou seja, no ano de 2015, houve maior captação de recursos de terceiros em relação ao capital próprio da entidade.

Todavia, vale ressaltar que em relação ao PCT, o ano de menor captação de terceiros foi o de 2013, quando se compara ao de 2014, observa-se uma variação de 1,20% a menor, pois no ano de 2015, a CBV teve um aumento com despesas com premiações de atletas e da comissão técnica referente às competições de Seleções de Vôlei de Quadra e Vôlei de Praia, realizadas nesse ano.

Em relação ao CE, a variação existente entre os anos de 2014 e 2015 foi de 0,99%, isso porque no ano de 2015 houve um aumento no passivo não circulante, a CBV no ano de 2015, recebeu gratuitamente material esportivo, sendo essa conta configurada como passivo não circulante e não necessariamente redução das contas de curto prazo.

O IPL apresentou a maior variação entre esses anos, de 26,53%, devido ao investimento de benfeitorias realizadas no Centro de Treinamento no ano de 2015, sendo o mesmo, motivo de crescimento do índice no ano de 2016. A IRNC teve uma variação de 1,33% nos anos de 2014/2015, devido à obrigação de pagamento de contribuições mensais às entidades filiadas e aos serviços contratados de pessoa física e devolução de subvenção Governamental, essa última refere-se a irregularidades na prestação de contas.

4.1.3 Indicadores de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade preocupam-se com a situação econômica da empresa e em evidenciar o retorno sobre os capitais investidos, ou seja, o resultado das operações efetivas da entidade (SILVA, 2007).

Os índices de rentabilidade podem ser classificados em 04 (quatro) tipos, sendo eles: giro do ativo, margem líquida, retorno sobre investimento, retorno sobre patrimônio líquido. Segue o quadro 3 com as fórmulas pertinentes a cada uma delas:

Tipo	Fórmula
Giro do Ativo (GA) =	$\frac{\text{Receitas Líquidas}}{\text{Ativo total}} \times 100\%$
Margem Líquida (ML) =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receitas Líquidas}} \times 100\%$
Retorno sobre Investimento (ROI) =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100\%$
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) =	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100\%$

QUADRO 3: Índices de Rentabilidade

FONTE: Finanças Corporativas e Valor - Assaf (2007, p. 123).

Para aplicação dos índices de rentabilidade, teve-se uma limitação quando ao termo receita líquidas de vendas, pois a empresa da análise não apresenta esse tipo de receita, por tratar-se-á de uma entidade prestadora de serviços e sem fins econômicos, deste modo, foi utilizado para elaboração dos índices, as receitas ordinárias, superávit ou déficit do período e o patrimônio social.

Mediante a aplicação dos índices de liquidez, obteve-se os seguintes resultados, conforme demonstrado no gráfico 3, a seguir:

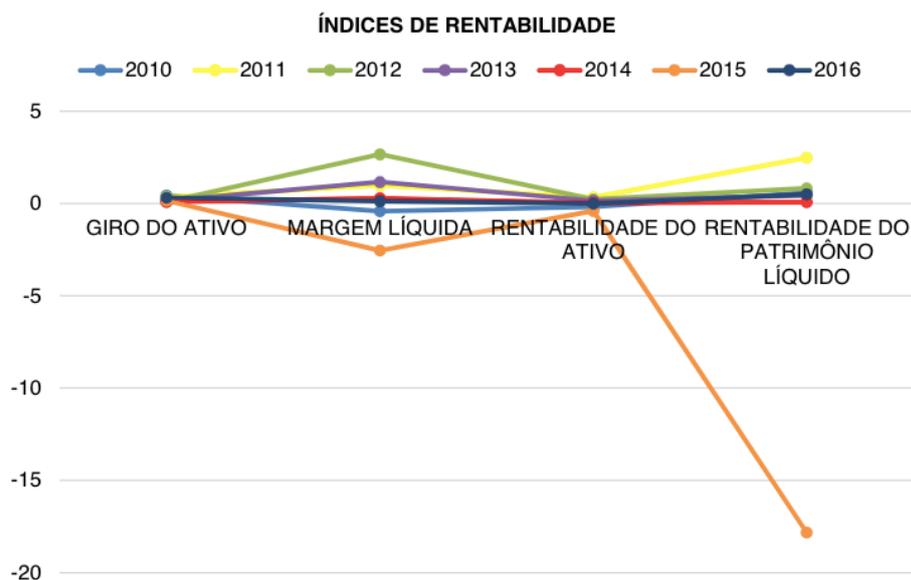


GRÁFICO 3: Índices de Rentabilidade.

FONTE: Dados da pesquisa.

De acordo com o gráfico 3, é notório que no ano de 2015, a CBV, não apresentou rentabilidade sobre o patrimônio líquido e nem margem líquida, isso ocorreu, devido neste ano, à empresa apresentar um déficit de R\$ 23.889.763 representado pelo aumento de despesas com eventos diversos, seu patrimônio líquido de R\$ 1.341.116 e suas receitas ordinárias de R\$ 9.421.762.

No ano de 2011 a CBV apresentou seu maior GA, se comparado ao ano de 2012 que foi o menor, ocorreu uma variação de 0,22. Esse fator possível devido ao aumento nas receitas ordinárias, mais precisamente com rendas de jogos e premiações que foram duas vezes mais, aproximadamente.

Também em relação ao ROI e ao ROE o ano de 2011, foi o que apresentou melhores resultados, haja vista que é detém o terceiro maior superávit do período analisado. Em valores para cada R\$ 100,00 investido em ativo a CBV ganhou 33,84% e para R\$ 100,00 investido de capital próprio a CBV ganhou 247,89%, reflexo da redução do patrimônio líquido, devido à inserção do déficit do exercício 2010. Porém no ano de 2012, a CBV evidenciou a maior margem líquida, justificado pelo superávit do exercício, vale ressaltar, que foi o maior, entre os anos de análise.

4.1.4 Análise de Captação de Recursos

Para análise da captação de recursos da CBV, foi elaborado um gráfico, dispondo as principais fontes de recursos, sendo eles nas esferas: federal, estadual e municipal, como também os recursos provenientes de patrocínios. No intuito de prover melhor visualização dos dados, foi organizado da seguinte forma: Convênio Federal com Lei de incentivo ao Esporte; Convênio Estadual com Lei de Incentivo ao ICMS; Convênio Municipal, de acordo com o gráfico 4:

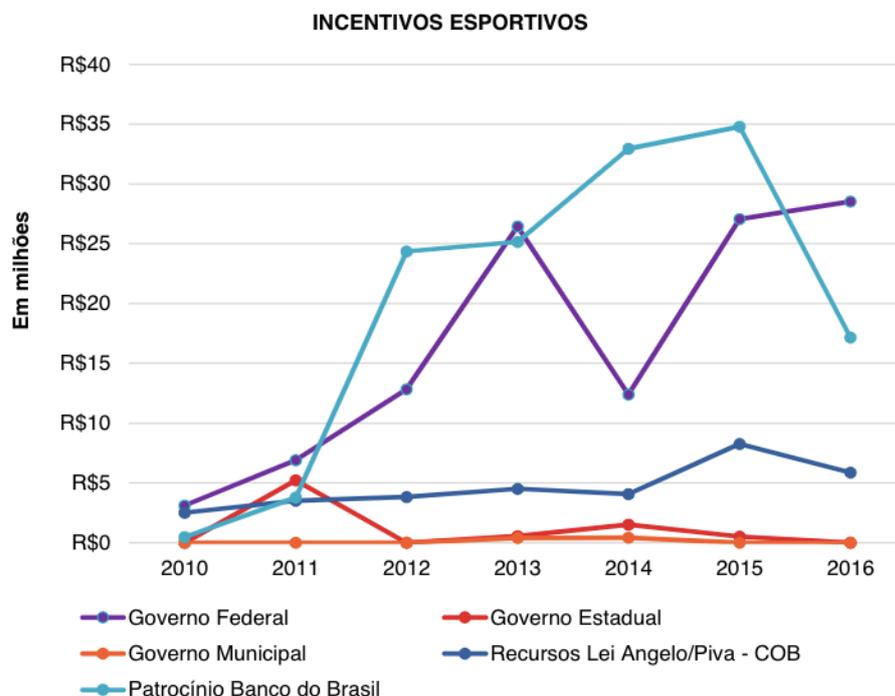


GRÁFICO 4: Incentivos Esportivos.

FONTE: Dados da pesquisa.

Observa-se, conforme gráfico 4, que o recurso do Governo Federal e patrocínio ao longo dos períodos tiveram grandes oscilações. Os recursos governamentais federais foi o que mais oscilou entre um ano e outro com o identificado no gráfico, à variação foi de 46,88% negativamente de 2013/2014 e 45,79% positivamente de 2014/2015, esses dados significam que nos anos de 2013 e 2014, a CBV, conseguiu aprovar números expressivos de projeto esportivos que captaram maiores recursos e o ano de 2014, o índice de aprovação foi menor devido ao escândalo de corrupção em contratos e a forma de direcionamentos dos recursos.

Vale ressaltar que mesmo em escala menor, os recursos governamentais estaduais e municipais serviram para custear os novos projetos, porém sendo em maior representatividade o primeiro nos anos de 2011 e 2014; e o segundo nos anos de 2013 e 2014. De acordo com relato da gestão desportiva da CBV as medidas corretivas estão sendo realizadas, a fim de sanar as dúvidas e resgatar a credibilidade, haja vista que no ano de 2014 a CBV deixou de ganhar com essa fonte representando essa queda na captação do recurso.

Em relação ao Patrocínio o ano de 2012 representou o melhor ano de captação de recursos, pois variou positivamente 545,05% quando comparado ao ano de 2011, ou seja, nesse ano a CBV ganhou cinco vezes mais que no ano anterior, reflexo do investimento ocorrido para competições que aconteceram no ano seguinte. Porém, no ano de 2016 aconteceu um declínio significativo, uma vez há três anos isso não ocorria esse cenário foi resultante da redução do novo contrato estabelecido entre a CBV e o Banco do Brasil, fator este negativo, haja vista a eminência de um novo ciclo olímpico, no qual a CBV necessitará de maiores recursos.

O recurso da Lei Ângelo Piva, foi constante em todos os anos, com leve crescimento em 2015, isso resultado é devido à mudança na lei em julho de 2015, pois anteriormente era destinado 2% (dois por centos) da arrecadação bruta das loterias passando a 2,7% (dois inteiros e setenta centésimos por cento), ou seja, um crescimento de 0,70% (setenta centésimos por cento).

Outro contraponto da captação de recursos refere-se a sua característica na demonstração contábil, ou seja, os recursos captados que ainda não foram prestados conta permanecem no passivo circulante ou não circulante até a devida realização, conforme o CPC 07 Subvenção e Assistências Governamentais. Nesse sentido, influência diretamente nos indicadores da entidade, fazendo com que a mesma reconheça uma obrigação de fazer que na verdade está para além de desembolso financeiro e sim de prestar o serviço.

4.1.5 Análise de Desempenho nos campeonatos

A fim de organizar as premiações dos campeonatos pertinentes, é relevante informou-se sobre as principais competições e de quantos em quantos anos elas ocorrem, sendo assim segue a tabela 1:

CAMPEONATOS	PERÍODO	INÍCIO
Torneio Olímpico de Voleibol	A cada quatro anos	Desde 1964
Campeonato Mundial de Voleibol	A cada quatro anos	Desde 1949 (homens) e 1952 (mulheres)
Copa do Mundo	A cada quatro anos	Desde 1965 (homens) e 1973 (mulheres)
Liga Mundial	Anualmente	Desde 1990 – homens
Grand Prix	Anualmente	Desde 1993 – mulheres
Copa dos Campeões de Voleibol	A cada quatro anos	Desde 1993 – mulheres
Campeonatos Sul-americanos	A cada dois anos	Desde 1951
Jogos Pan-Americanos	A cada quatro anos	Desde 1951
Campeonato Mundial de Vôlei de Praia	Anualmente	Desde 1987 (homens) e 1992 (mulheres)

TABELA 1: Competições de Voleibol

FONTE: CBV/voleibol, 2017.

Baseado na tabela 1 foi elaborado um gráfico com a representatividade do Vôlei Brasil, nas principais competições no período de 2010 a 2016, sendo separados em seleção adulta de quadra e de praia e seleção de base de quadra e de praia. Esses dados foram extraídos das demonstrações contábeis disponíveis no sítio da CBV, coletados em dias alternados no mês de outubro do referido ano.

Nesse sentido, obtiveram-se os seguintes resultados, conforme demonstrado no gráfico 5:

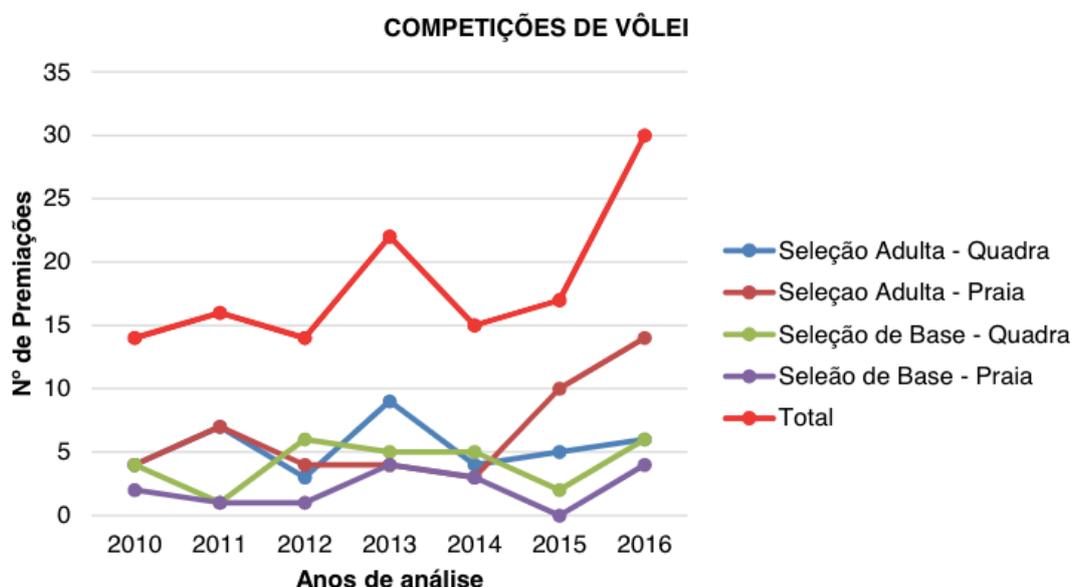


GRÁFICO 5: Competições de Voleibol.

FONTE: Dados da pesquisa.

É evidente no gráfico 5, que o ano de 2016, representou o maior número de premiações em relação aos demais anos da análise, seguido do ano de 2013. Esse resultado é perceptível pelo fato dos campeonatos que acontecem de quatro em quatro anos, terem sido realizados nesses anos. Os anos de 2011 e 2015 tiveram números significativos devido às competições que ocorrem de dois em dois anos que aconteceram nesses anos.

É perceptível que o ano de 2014, também apresentou dados expressivos de premiações nas competições pertinentes, fato esse de destaque, haja vista que a descoberta do escândalo aconteceu nesse ano e perante os dados apresentados o mesmo não influenciou nos resultados esportivos da CBV.

Além dos fatores descritos na análise do índice de rentabilidade, outro fator relevante dessa análise, refere ao superávit e déficit, pelo fato da entidade ser sem fins econômicos, os números de premiações refletem diretamente nesses resultados, pois quanto maior o número de premiações maior o valor das despesas.

Desse modo, as premiações interferiram no resultado da entidade, todavia não é um dado negativo, haja vista, que a principal atividade da CBV é esportiva, ou seja, estar presente nas competições pertinentes com resultados vitoriosos. Como dados históricos do vôlei brasileiro, sabe-se que é considerado uma das melhores seleções de vôlei do mundo, tido como referência para os demais países e esportes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Confederação Brasileira de Voleibol ao longo dos anos tem crescido tanto no aspecto esportivo quanto no aspecto da gestão financeira, sendo referências em ambos os pontos para as demais entidades esportivas no Brasil. A ascendência do vôlei brasileiro, ocorreu a partir de 2010, com números expressivos de vitórias, comparadas há anos anteriores.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo a análise da influência das variáveis externas sobre as demonstrações contábeis, por meio de evidências dos acontecimentos econômicos e sociais que influenciaram os resultados nas demonstrações contábeis, a análise as demonstrações contábeis dos exercícios de 2010 a 2016 da Confederação Brasileira de Voleibol, a verificação da importância das variáveis econômicas, sociais evidenciadas e o impacto dessas nas demonstrações contábeis (leis de incentivo, lei Ângelo/Piva, patrocínios e convênios).

Desse modo para análise dos resultados, se utilizou os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade; para a captação de recursos, cálculo simples de variação e comparação entre o ano de maior relevância e o de menor, apuração dos reais motivos dos resultados e para o desempenho, utilizou-se o número de premiações ao longo dos 7 (sete) anos da análise.

No que diz respeito aos resultados encontrados na aplicação dos indicadores, obteve-se com o índice de liquidez o melhor dado em 2013. Contudo, vale ressaltar, que a entidade evita trabalhar com passivo exigível ao longo prazo (ELP), dos 7 (sete) anos analisados 4/7 o tiveram, sendo os anos de 2010, 2014, 2015 e 2016. Em relação ao exigível no ano de 2010, referiu-se a receitas não apropriadas no período e não uma obrigação de fato.

Nos anos de 2014 a 2016, apresentou um ponto negativo a existência do ELP, pois diz respeito a provisões de contingências com processo judicial, tributária, trabalhista e civil; fato este justificado pela existência de processo do Tribunal de Contas da União, quanto à corrupção nos contratos descobertos nesse período. Como consequência desse acontecimento de corrupção dentro da gestão desportiva do voleibol brasileiro, os resultados obtidos com aplicação dos índices de endividamento, foi o esperado, ou seja, influenciaram diretamente nas dívidas da entidade saída em 2014 de 218,64% de participação de capital de terceiros para 4256, 47%, um acréscimo 20% (vinte por cento) aproximadamente.

A mesma situação da entidade aplica-se para os índices de rentabilidade, tendo como o ano de menor rentabilidade 2015, de acordo com os dados obtidos, nesse ano a CBV, não obteve margem líquida, rentabilidade do ativo e nem rentabilidade do patrimônio líquido, evidenciando um prejuízo de R\$ 23.889.763, vindo de encontro com outro fator importante e significativo da análise, no qual se referiu ao desempenho das equipes de voleibol nos campeonatos e as melhorias realizada na gestão para atendimento adequado as situações existentes tais como a implementação de Plano

de Cargos e Salários e ampliação na oferta de benefícios aos atletas, sendo este último variável que afetou diretamente o resultado da mesma.

Ao que se referiu à captação de recursos, como as demais variáveis, também foi afetada pelo escândalo, pois CBV teve dificuldades para aprovar projetos capazes de fomentar as receitas, inclusive no ano de 2014, quando iniciou as investigações do processo de corrupção pelo Ministério Público Federal. Todavia, o desempenho dos atletas nas competições pertinentes, não sofreram oscilações, que podem ser consideradas influência do escândalo, pois o ano de 2013 e 2016, de acordo com análise realizada, apresentou os melhores resultados com grandes premiações, mesmo tendo sido mostrado nos meios de comunicação à insatisfação dos atletas com a gestão.

Pôde-se concluir que, as variáveis externas e internas influenciaram diretamente os resultados da Confederação Brasileira de Voleibol no período analisado, sendo o desempenho dos atletas, alteração do percentual destinado aos incentivos esportivos e a credibilidade de forma positivas e o escândalo de corrupção de forma negativa, reafirmando a importância da presente pesquisa no aprimoramento da gestão e a relevância da informação contábil para elaboração das demonstrações contábeis/financeiras.

Está pesquisa limitou-se a uma única entidade, outras pesquisas poderão ser realizadas, utilizados outros tipos de análise, ou até mesmo de modo gerencial; utilizando outra entidade desportiva, criar parâmetro de comparação entre clubes estaduais, ênfase no ativo imobilizado da entidade.

REFERÊNCIAS

AACKER, D.A. *Strategic market management*. New York: Wiley. 1984.

AFONSO, G.F. **Voleibol de praia: uma análise sociológica da história da modalidade (1985 - 2003)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná. 2004.

ALMEIDA, Bárbara Schaustek et. al. **O “Pais do Futebol” que joga com as mãos: A gestão esportiva da Confederação Brasileira de Voleibol**. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, 2012, v. 2, nº 2, p. 144-162, jul./dez. 2012.

ANFILO, M.A. **A prática pedagógica do treinador da seleção brasileira masculina de voleibol: processo de evolução tática e técnica na categoria infante-juvenil**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.p.124.

BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos**. São Paulo: Atlas, 2009.

BB. Banco do Brasil. **Banco do Brasil, o Banco do Esporte**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portallbb/page22,3669,3669,22,0,1,8.bb?codigoNoticia=29852>. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

BB. Banco do Brasil. **Banco do Brasil, o Banco do Esporte**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/esportes#/>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

BIZZOCHI, C. **O Voleibol de Alto Nível: da iniciação à competição**. Barueri: Manole, 2004.

BUZZELL, R.D.; GALE, B.T.: **PIMS - O Impacto das Estratégias de Mercado no Resultado das Empresas**. São Paulo, Livraria Editora Pioneira, 1991.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.264 de 16 de julho de 2001**. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em 25 de agosto de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.672 de 15 de maio de 2003**. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm . Acesso em 25 de agosto de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 11.438 de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em 25 de agosto de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 25 de agosto de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm. Acesso em 30 de setembro de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em 30 de setembro de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.055 de 07 de outubro de 2005**. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de out. 2005, seção 1, p. 70. Disponível em: www.portalcfc.org.br. Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. **Portal do Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União. Convênios e outros repasses / Tribunal de Contas da União**. – 4.ed.– Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2013.80 pTCU, Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC819253DD&inline=1>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Código de Conduta CBV**. Disponível em: http://2016.cbv.com.br/arquivos/codigo_conduta_cbv_v_final.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Convênios**. Disponível em: <http://2016.cbv.com.br/governanca/index.php/2016-04-02-19-45-08/convenios-ministerio-esporte>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas**. Disponível em: <http://2016.cbv.com.br/governanca/index.php/demonstracoes-notas>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Resultados Financeiros**. Disponível em: <http://2017.cbv.com.br/governancas/resultados-financeiros.html>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Projetos Aprovados**. Disponível em: <http://vivavolei.cbv.com.br/index.php/2014-10-28-18-40-31/descricao-do-programa>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CBV, Confederação Brasileira de Voleibol. **Relatório de Atividades - 2016**. Disponível em: <http://2016.cbv.com.br/governanca/index.php/governanca/atividades>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

CGU. **Controladoria Geral da União**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2014/12/cgu-detecta-irregularidades-em-contratos-na-confederacao-brasileira-de-volei-na-ordem-de-r-30-milhoes>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

ESTATUTO, da **Confederação Brasileira de Voleibol**. 2015.

FAGUNDES, Jair Antônio. *et.al.* **Análise das Demonstrações Contábeis: Reflexos da Conjuntura Econômico-Social de uma Cooperativa de Crédito – Sicredi Ouro Verde**. In: ConTexto, Porto Alegre, v.8, n.13, 1º semestre de 2008.

FILHO, Vamberto Ferreira Miranda; SANTOS, Igor Sampaio Pinho dos. **Mídia, Mercadorização Esportiva e o Movimento de popularização do MMA**. Revista Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 3, p. 865-877, jul./ set. 2014.

FIVB. *Fédération Internationale de Volleyball*. **FIVB Senior World Ranking – Men, as per July 7th, 2017**. Disponível em: http://www.fivb.org/en/volleyball/VB_Ranking_M_2017-07.asp. Acesso em: 24 de agosto de 2017. Acesso em 25 de agosto de 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Alberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação tecnológica – Planejamento e gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

Kotler, Philip. **Marketing Management: analysis, planning, implementation and control**. 9. ed. New Jersey: Prentice Hall. 1997.

MARION, José Carlos Marion. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.p.83, 106, 141,143.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.p.39.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.p.153. p169.p.160, 185. MARCHI JÚNIOR, W. (2004). “Sacando” o Voleibol. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEZZARROBA, Cristiano; PIRES, Giovani de Lorenzi. **Breve Panorama Histórico do Voleibol: do seu Surgimento à Espetacularização Esportiva**. Ativ. Fís., Lazer & Qual. Vida: R. Educ. Fis., Manaus, ISSN 2179-4677, v. 2, n. 2, p. 3-19, jul./ dez., 2011.

MOREIRA, T.S. **O voleibol feminino no Brasil: do amadorismo à profissionalização**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade

Federal do Paraná. 2009.

PIRES, G. **Gestão do desporto**: desenvolvimento organizacional. Porto: APOGESD, 2003.

PIRES, Giovani De Lorenzi. **A Educação Física e o Discurso Midiático**: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Campinas, SP, 2000.

PIZZOLATO, E.A. **Profissionalização de organizações esportivas: estudo de caso do voleibol brasileiro**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2004.

RUIZ, Ana Gabriela Hernandez; ROCCO JUNIOR, Ary José. **A Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e seus Stakeholders: Avaliação qualitativa do modelo de gestão baseado em Unidades Estratégicas de Negócios**. Revista Intercontinental de Gestão desportiva, 2013, volume 3, suplemento 1, ISSN 2237-3373.

SILVA, Fernanda Caroline; SILVA, Milton dos Santos. **Estudo comparativo da tributação do produtor rural pessoa física e jurídica na venda de “pinto de um dia”**. 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 20, 27, 132, 182

C

Consumidor 2, 5, 166, 170, 171, 172, 181, 182, 268, 279

Cooperativa 118, 123, 201, 213, 215, 216, 222, 223, 265

E

Economia 17, 19, 27, 28, 71, 104, 118, 122, 123, 196, 222

Empreendedorismo feminino 149, 164, 165

Espoliação 90

Exportações 19, 23, 27

F

Ferrovia 224, 225, 226, 227, 228, 230

G

Gestão da diversidade 185, 194

I

Impactos tributários 1, 13

Incorporações imobiliárias 4, 18

M

Marketing digital 268, 271, 296, 297, 322

Marketing sensorial 292

Mineração 87, 97

P

Patrimônio de afetação 1, 5, 18

Planejamento 44, 45, 46, 55, 56, 97, 103, 164, 265, 271

Política monetária 70

R

Renda 119, 224, 305

Request for proposal 30, 33, 43

S

Soja 19, 27, 228

T

Tecnologia 32, 95, 97, 132, 196, 267, 309, 310, 312, 322

Trabalho 55, 56, 73, 74, 75, 77, 79, 95, 105, 106, 117, 126, 132, 133, 134, 164, 182, 193, 194, 195, 196, 215, 222, 240, 322

Turismo 100, 103, 104, 165, 215, 310, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 321, 322

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-516-7



9 788572 475167